

## Ofício Interno 2.827/2025

---

**De:** Elis S. - GAB-VER

**Para:** GAB-VER - ELIS ENFERMEIRA

**Data:** 23/05/2025 às 10:44:47

**Setores envolvidos:**

GAB-VER

### REQUERIMENTO

—  
**Elis Enfermeira**  
*Vereadora - PL*

**Anexos:**

REQUERIMENTO\_PERCA\_1\_5\_NA\_SAUDE\_N\_24.pdf



ESTADO DE MATO GROSSO  
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

REQUERIMENTO Nº024

CÁCERES, 26 DE MAIO DE 2025

*Autora: Vereadora Elis Enfermeira*

*Partido: PL*

*“Requer ao Executivo Municipal, com cópia à Secretaria Municipal de Saúde (SMS): que prestem os seguintes esclarecimentos, Quais foram as razões exatas que levaram à perda de mais de R\$ 1,5 milhão em recursos federais destinados ao custeio da saúde pública municipal.*

*A vereadora que este subscreve, com assento nesta Casa de Leis, nos termos regimentais e legais vigentes, especialmente com base no princípio da transparência e no dever de fiscalização que compete ao Poder Legislativo, REQUER ao Executivo Municipal, com cópia à Secretaria Municipal de Saúde (SMS), que encaminhe a esta Casa as seguintes informações e esclarecimentos formais, por escrito, no prazo legal de 15 (quinze) dias, conforme o disposto no art. 66, inciso X, da Lei Orgânica do Município e art. 234 do Regimento Interno*

**Questionamentos:**

1. Quais foram as razões exatas e documentadas que levaram à perda de mais de R\$ 1,5 milhão em recursos federais destinados ao custeio da saúde pública municipal?
2. Quais os setores ou responsáveis técnicos e administrativos envolvidos na falha de gestão apontada como causa da perda desses recursos?
3. A Prefeitura foi notificada previamente sobre prazos, exigências técnicas ou documentais por parte do Ministério da Saúde? Em caso positivo, por que as providências não foram tomadas a tempo?
4. Quais medidas emergências estão sendo adotadas para mitigar os prejuízos causados à saúde pública do município em virtude da perda desses recursos?
5. O que poderia ter sido feito pela gestão municipal para evitar essa perda? Há plano de capacitação ou reestruturação administrativa em andamento para que situações semelhantes não voltem a ocorrer?
6. . Há previsão de responsabilização administrativa, civil ou penal de eventuais agentes

públicos envolvidos, nos termos da Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa) e da Lei nº 14.230/2021?

7. . Existe possibilidade de reverter ou recuperar, ainda que parcialmente, os recursos perdidos junto ao Ministério da Saúde ou outros órgãos federais?
8. O município corre risco de perder outros recursos por falhas semelhantes? Há auditorias ou relatórios de controle interno sobre isso

### **JUSTIFICATIVA:**

A presente solicitação se fundamenta na prerrogativa constitucional do Poder Legislativo de exercer função fiscalizar sobre os atos do Executivo, conforme previsto no art. 31 da Constituição Federal, no art. 66 da Lei Orgânica do Município de Cáceres e no art. 234 do Regimento Interno desta Casa. A perda de recursos públicos dessa magnitude, especialmente no setor da saúde, compromete diretamente o atendimento à população e configura possível dano ao erário que precisa ser apurado com máxima seriedade e transparência.

**Elis Enfermeira**  
Vereadora PL





## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: B0C6-8C2B-8416-B3B1

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ELIS FERNANDA DE MELO SILVA (CPF 733.XXX.XXX-53) em 23/05/2025 09:45:06 GMT-04:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Esta versão de verificação foi gerada em 23/05/2025 às 10:45 e assinada digitalmente pela 1Doc para garantir sua autenticidade e inviolabilidade com o documento que foi assinado pelas partes através da plataforma 1Doc, que poderá ser conferido por meio do seguinte link:

<https://cmcaceres.1doc.com.br/verificacao/B0C6-8C2B-8416-B3B1>